

A TRÍPLICE JORNADA DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR: estudos, trabalho doméstico e trabalho como fonte de renda

Autores: Diego Augusto Rivas dos Santos¹

Mylene Cristina de Barros Vera Cruz²

RESUMO: O presente estudo busca promover reflexões sobre a formação profissional e o mundo do trabalho, no que se refere a tríplice jornada assumida pelas mulheres que se dividem em: estudos, trabalho doméstico e trabalho remunerado. Salienta-se que, no modo de produção capitalista, o trabalho que resulta em salário é mais valorizado em comparação ao trabalho doméstico, tendo em vista, que este majoritariamente realizado por mulheres, não aumenta a massa global de valor, portanto trata-se de um trabalho considerado improdutivo, que segue desprestigiado no capitalismo. Busca-se com essa pesquisa, a partir da percepção de mulheres que são estudantes, trabalhadoras assalariadas e/ou remuneradas e também trabalhadoras domésticas promover uma análise acerca do excesso de funções, atividades e tarefas que são destinadas como responsabilidades delas, ancorado na ideia dos papéis de homens e mulheres socialmente construídos, identificando os desafios postos e as consequências geradas, no que tange a permanência e a conclusão do ensino superior. Para atingir os objetivos do estudo em tela, utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório que visa um conhecimento mais aprofundado acerca da temática. O método quantitativo e qualitativo será utilizado para análise dos dados coletados, a partir de um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre o tema que foi enviado as participantes da pesquisa, por meio de um formulário eletrônico.

PALAVRAS CHAVE: Mulheres; Ensino Superior; Trabalho Doméstico; Trabalho Remunerado.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO (2007 - 2010). Especialista em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (2012 - 2013). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2013-2015). Experiência como Assistente Social de aproximadamente 07 anos e atua como Professor Universitário desde 2013. Atualmente é professor da graduação em Serviço Social da UNIGRANRIO, lecionando disciplinas nas modalidades presencial e online. É membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE e atua na Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Apresenta experiência como professor e coordenador da Pós-Graduação Lato Sensu em Políticas Sociais (Especialização) da UNIGRANRIO. E-mail para contato: diego.santos@unigranrio.edu.br / <http://lattes.cnpq.br/3067772786480197>

² Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy – UNIGRANRIO. Fui pesquisadora de iniciação científica e bolsista da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior. Sou pós-graduanda em Ética, Serviço Social e Direitos humanos. E-mail para contato: mylenacruz@unigranrio.br / <http://lattes.cnpq.br/7298911970074408>

ABSTRACT: The present study seeks to promote reflections on professional training and the world of work, with regard to the triple journey undertaken by women that are divided into: studies, domestic work and paid work. It should be noted that, in the capitalist mode, the work that results in a salary is more valued in comparison to domestic work, considering that it is mostly performed by women, it does not increase the global mass of value, therefore it is a work considered unproductive, which remains discredited in capitalism. With this research, from the perception of women who are students, salaried and/or remunerated workers and also domestic workers, to promote an analysis on the excess of functions, activities and tasks that are destined as their responsibilities, anchored in the idea of socially constructed roles of men and women, identifying the challenges posed and the consequences generated, regarding the permanence and completion of higher education. In order to achieve the objectives of the study on screen, an exploratory bibliographical research was used as a methodology that aims at a more in-depth knowledge about the theme. The quantitative and qualitative method will be used to analyze the data collected, from a questionnaire with open and closed questions on the subject that was sent as research participants, through an electronic form.

KEYWORDS: Women; University education; Housework; Paid Work.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento da presença de mulheres nas universidades, porém esse aumento significativo não pode ser equivocadamente associado a uma igualdade entre homens e mulheres, pelo contrário, o assunto em tela serve para refletirmos acerca da luta cotidiana travada pelas mulheres para ingressarem no ensino superior, e principalmente permanecerem, alcançando o tão sonhado diploma de um curso superior, almejando status sociais e melhores condições financeiras para prover o seu sustento e de sua família.

O presente estudo busca, por meio de um recorte de gênero, raça e classe, refletir a partir de dados quantitativos e qualitativos sobre a percepção das mulheres que assumem uma tripla jornada em prol de dar prosseguimento aos estudos. Ao propor uma reflexão acerca da problemática da estudante universitária, dona de casa, que precisa dar conta dos afazeres domésticos, do cuidado para com as crianças/adolescentes, conjugues/ companheiros, e muitas das vezes ainda vender sua força de trabalho em troca de um salário ou remuneração para complementar a renda da família, salientamos a relevância acadêmica, social e institucional deste estudo.

No que se refere à relevância acadêmica do estudo, destaca-se a importância de estudantes mulheres, autoras deste estudo e que muitas das vezes vivenciam as

situações aqui descritas e analisadas, debaterem algo inerente a sua vivência no âmbito acadêmico, no sentido de ampliar essa discussão e fazer com que a universidade, enquanto instituição produtora de conhecimento e saber, possa contribuir com estratégias que resultem em ações para permanência desse público no ensino superior com subsídios que levem em consideração as especificidades dessas mulheres.

Acerca da relevância institucional, destaca-se a contribuição do trabalho para com as estudantes da instituição pesquisada, no caso a UNIGRANRIO, no sentido de gerar uma produção teórica que pode vir a ser utilizada por gestores e outros profissionais, na direção de provocar mudanças positivas. Por último, destaca-se a relevância social da pesquisa ao propor indagações sobre uma problemática recorrente em muitas sociedades: quais os dilemas vivenciados pelas mulheres que adotam essa tríplice jornada? Quais as consequências que esse ritmo acelerado gera? Quais as estratégias que são adotadas no decorrer desse processo?

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, que tem como fundamento a teoria social crítica, que possibilita o olhar para o fenômeno numa perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade, levando em consideração os papéis de homem e mulher construídos socialmente, além de um debruçamento nos estudos de gênero, a partir de um referencial teórico proveniente de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório.

O universo da pesquisa é composto por estudantes mulheres do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO que enquadram nesta situação: mulher, estudante, trabalhadora assalariada/remunerada e que ainda exerce o trabalho doméstico e do cuidado. Da totalidade deste universo, conseguimos alcançar uma amostra de 20 mulheres que participaram da pesquisa, respondendo um questionário enviado via formulário eletrônico com um total de 30 questões abertas e fechadas com indagações referentes ao assunto proposto, cujo objetivo era dar voz a essas mulheres conhecer a percepção delas acerca do assunto, assim como as estratégias adotadas para materializarem essa tríplice jornada.

1. A educação como direito e as políticas de educação.

É de conhecimento geral que a educação é um elemento fundamental na vida dos indivíduos. Em virtude disso, a educação é posta na Constituição Federal de 1988 enquanto um direito social e um dever do Estado.

Conforme dispõe o artigo 205:

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Sendo assim, entende-se que a educação é um direito de todos os cidadãos e que o Estado brasileiro juntamente com a família, devem prover essa educação. Em virtude disso, temos a criação de políticas voltadas para a educação em seus diversos níveis, ou seja, do mais básico até o ensino superior, o qual será foco da discussão presente neste tópico.

Em primeiro lugar, deve-se evidenciar que o ensino superior engendra-se no país no século XIX, com a chegada da família real. Contudo, a primeira universidade só é criada em 1920, mediante o decreto nº 14.343/1920, que deu origem a Universidade Do Rio de Janeiro.

O ensino superior, durante muitos anos da história do Brasil, era um espaço voltado para a elite, composta por homens brancos, que faziam parte da alta sociedade brasileira. Dessa forma, percebe-se como o ensino superior era uma área elitista, responsável por excluir uma boa parte da população de poder adentrar no mundo acadêmico.

Visando mudar esse paradigma, o governo federal há alguns anos, tem criado programas educacionais, com a finalidade de expandir o ensino superior para a população brasileira, ou seja, democratizar esse ambiente que outrora era restrito às elites. Deve-se ressaltar que a expansão do ensino superior é fruto da luta das classes desfavorecidas e que é na década de 1990 que se começa a implementar mudanças na política de educação, mas é no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que se dá tal ampliação, com a criação de políticas e programas.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é, sem dúvidas, um dos responsáveis pela expansão do ensino superior no Brasil. Criado em 2005 por meio da Lei nº 11.096, o PROUNI concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas a estudantes de baixa renda, que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas ou em instituições privadas, mas sendo 100% bolsistas. As

instituições que aderem ao PROUNI recebem isenção de impostos. Segundo o Ministério da Educação, o primeiro semestre do PROUNI em 2019 concedeu cerca de 243 mil bolsas de estudos, sendo 116.813 bolsas integrais e 127.075 parciais. Tais números representam a maior oferta de vagas desde a criação do programa. Contudo, apesar de beneficiar a população de baixa renda, cabe ressaltar que o PROUNI corrobora para o crescimento do setor privado, tendo em vista que ocorre a transferência de recursos públicos, que poderiam ser utilizados para expandir as instituições públicas, para o ensino superior privado.

A principal crítica dirigida a essa iniciativa governamental é a de que os recursos que deixarão de ser arrecadados com a inserção de impostos poderiam ser aplicados na ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas. Portanto, para alguns críticos da proposta, o Estado estaria comprando vagas já existentes e ociosas, e ao mesmo tempo oferecendo um serviço de qualidade duvidosa. Por sua vez, os dirigentes do Ministério da Educação (MEC) argumentam que o grau de evasão fiscal nesse nível de atividade empresarial é tão elevado que aquilo que se deixaria de arrecadar seria irrisório comparado com o benefício que a ampliação do acesso ao ensino superior poderia oferecer. (CORBUCCI, 2004,p.694).

Outro programa educacional que colaborou para o crescimento da educação superior no país, é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), implementado mediante a Lei nº 10.260/2001, o FIES é um programa de financiamento educacional criado, a fim de custear a graduação dos estudantes que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da formação acadêmica. É importante mencionar que para conseguir tal financiamento é preciso ter o ensino médio completo, a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos e o estudante deve ter realizado qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2010.

Segundo dados do Ministério da Educação, no primeiro semestre de 2013 foram realizados mais de 325 mil contratos de financiamento estudantil, o que corresponde a 90% dos contratos formalizados no ano de 2012. Além disso, no ano de 2014 foram realizados mais de 731 mil contratos, o maior número desde a criação do programa. Ainda de acordo com os dados do MEC, entre 2010 e 2019 foram autorizados cerca de 2,71 milhões de financiamentos para a graduação de estudantes.

Ademais, nota-se que os dois programas supracitados, expandem o ingresso à educação superior nas instituições privadas. Com relação à ampliação de vagas nas instituições de educação públicas, deve-se mencionar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), criado no ano de 2007, por meio do decreto nº 6.096/2007, tal programa tem como objetivo aumentar o número de vagas das instituições de ensino superior públicas e reduzir o número de evasões acadêmicas.

Além de ampliar o número de vagas e criar condições para a permanência do alunado no espaço acadêmico, o REUNI visa “[...] O melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existentes na universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública”. (BRASIL,2007).

O programa REUNI, indubitavelmente, corroborou bastante para o aumento do número de vagas e matrículas nas universidades federais do Brasil. Cabe mencionar, contudo, essa expansão não se deu na estrutura física e nem no aumento do número de docentes. Sendo assim, para alguns autores, o referido programa tem seus defeitos.

[...] O que de fato significa o REUNI é uma precarização de médio prazo das universidades federais. Formadas por diversas políticas, das quais o REUNI é uma das maiores expressões, a abertura de novas vagas na educação superior brasileira é, ao mesmo tempo, expansão da universidade e redução da qualidade. Nesses termos, a alardeada busca por eficiência nas Instituições Públicas de Ensino Superior significa encher as salas de aula, sobrecarregar professores e técnicos, e, desse modo, reduzir a qualidade da formação oferecida pelas universidades[...] (ESPAÇO SOCIALISTA, 2012).

É importante salientar que para (Cunha, 2007, p.821) “ainda que o REUNI tenha recebido críticas variadas, principalmente por não levar em conta as peculiaridades das universidades federais, ele pode vir a impulsionar o crescimento do alunado desse segmento do ensino superior. De fato esse crescimento aconteceu.

Outro marco com relação à democratização do ensino superior no Brasil, foi a criação do Sistemas de Cotas – Lei nº 12.711-, o qual tem o objetivo corrigir as desigualdades históricas que permeiam a história do país. Com a implementação dessa ação afirmativa, temos a reserva de 50% das vagas em universidades federais, institutos federais de educação e afins para os estudantes de escolas públicas.

Outrossim, ocorrerá uma nova divisão entre estudantes oriundos das escolas públicas que possuem a renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e a outra metade para os alunos de escola pública com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, quantidade de vagas será destinada para negros, pardos, e indígenas em cada estado, conforme o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. (BRASIL,2012).

Esta lei tem se mostrando fundamental para inclusão de indivíduos menos favorecidos no ensino superior. Segundo o Ministério da Educação (2016):

Em 1997 o percentual de jovens negros, entre 18 a 24 anos, que cursavam ou haviam concluído o ensino superior era de 1,8% e o de pardos ,2,2%. Em 2013 esses percentuais já haviam subido para 8,8% e 11%, respectivamente. (MEC, 2016).

Além disso, uma pesquisa realizada pelo IBGE, nos mostra que pela primeira vez na história do país, negros e pardos representam mais da metade de alunos no ensino superior público, correspondendo a 50,3% do alunado das instituições públicas. Cabe mencionar que, geralmente, esses alunos são os primeiros de suas famílias a adentrarem no espaço acadêmico. Apesar de todas essas mudanças supracitadas, as quais possibilitaram o acesso ao mundo acadêmico para as minorias sociais, tais como: pessoas de baixa renda, negros, pardos e indígenas. A desigualdade neste espaço ainda persiste.

Além dessas transformações no ensino superior, deve-se mencionar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, que também irão incidir sobre a vida das classes subalternas, só que de maneira negativa, uma vez que teremos o retrocesso dos direitos trabalhistas e a flexibilização das relações de trabalho.

No século XX, mais precisamente nas décadas de 1960 e 1970, o sistema capitalista entra em crise, tendo em vista que o modelo de produção fordista/taylorista já não consegue prover tantos lucros para o capital. Em virtude disso, acontece a inserção do toyotismo, que tem como principal característica a flexibilização das coisas, inclusive das relações trabalhistas. É importante destacar que essas transformações que acontecem no capitalismo podem ser chamadas de reestruturação produtiva e conforme Mendel (1982) pontua:” a reestruturação acontece como um mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista”.

Conforme dito acima, essa reestruturação produtiva implica consequências para a classe trabalhadora, as quais destacam-se:

A informalidade, a terceirização, desregulamentação da legislação trabalhista, desemprego, adoecimento, fragilidade dos sindicatos, desemprego[...]. A terceirização invadiu os postos de trabalho e trouxe muitos impactos negativos para o trabalhador, eles trabalham mais e recebem menos que um trabalhador regular; os direitos trabalhistas são burlados, muitos trabalhadores passam anos sem tirar férias, pois as incertezas avassalam seu cotidiano; além de que fragmentam cada vez mais a classe trabalhadora. (ARAUJO, 2015).

Todavia, é importante mencionar que a reestruturação produtiva afeta a classe trabalhadora como um todo, porém a ideologia do capital propaga que os indivíduos capacitados terão estabilidade econômica, diferente dos não capacitados. Visando escapar dessas consequências nefastas, a classe trabalhadora busca se aprimorar profissionalmente, através de cursos profissionalizantes ou inserindo-se no ensino superior.

Desse modo, entende-se que os estudantes-trabalhadores terão uma tarefa árdua que é a de garantir uma boa formação profissional, dedicando-se ao trabalho, que, no presente, caracteriza-se por jornadas exaustivas, pela informalidade e, também, pelos baixos salários, devido às transformações supracitadas e a formação profissional no ensino superior. Assim, nota-se que a educação é vislumbrada enquanto uma ferramenta que possibilita a tão sonhada ascensão social. (ROMANELLI, 1991; CANUTO 1987).

2. CATEGORIA GÊNERO: os papéis de homens e mulheres na sociedade

Ao longo da história, foi-se utilizado fatores biológicos como uma tentativa de explicar as diferenças existentes entre homens e mulheres. Tal explicação, sem dúvidas, tem privilegiado os homens, uma vez que através dela criou-se a ideia de inferioridade feminina em relação aos homens. Destaca-se que tais concepções foram utilizadas, durante um longo período da história, para se explicar as desigualdades de raça, classe e étnicas. Com relação às desigualdades entre homens e mulheres não é diferente.

Posteriormente, contudo, surgiu uma nova concepção acerca dessas desigualdades. Se contrapondo às explicações biológicas, o conceito de gênero, formulado nos anos de 1970 vinculado ao movimento feminista, explica que as

diferenças entre o sexo feminino e masculino é produto de uma construção social, e não fruto de um determinismo biológico.

Partindo desse pressuposto, Joan Scott (1994) explica que as características atribuídas a homens e mulheres não são de ordem natural, mas, sim, construções sociais. A partir disso, entende-se o conceito de gênero como:

(...) “construções sociais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1995, p.75).

Dessa forma, nota-se que o conceito de gênero pode ser compreendido enquanto uma construção social, que se expressa através de relações de poder e submissão, representada pela designação de papéis sociais, que são atribuídos ao sexo feminino e masculino.

Em decorrência da construção desses papéis sociais, que se criou a imagem da mulher enquanto um ser frágil, submisso, emotivo e doce, que tem a reponsabilidade os afazeres do âmbito privado, ou seja, cuidar da casa, dos filhos e do marido. Segundo Saffioti: “À sociedade investe muito na naturalização deste processo, isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre da sua capacidade de ser mãe” (1987, p.9).

Enquanto as mulheres são vistas enquanto frágeis, submissas, medrosas e puras; os homens, em contrapartida, são vislumbrados enquanto seres fortes, corajosos, poderosos, dominantes, provedores da família, entre outras características. Tais características, muitas vezes, acabam sendo vistas enquanto verdades absolutas, na medida em que são naturalizadas pela sociedade, isso corrobora para a manutenção da concepção que a mulher é inferior ao homem. Conforme Safiotti (1987) pontua, não há nenhuma fundamentação científica que prove tal inferioridade.

Em vista disso, evidencia-se a importância de se discutir sobre a categoria gênero, uma vez que esta categoria pode desmistificar os estereótipos atribuídos aos indivíduos do sexo feminino e masculino, bem como possibilitar a sociedade uma nova visão acerca da mulher, desvinculando-a da imagem que a relega à condição de subordinação parente os homens. Assim, a sociedade teria uma nova imagem do que é ser feminino e masculino, ressaltando as potencialidades e diferenças de ambos, de forma diversa e equitativa.

(...) A perspectiva de gênero propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres revolucionando a ordem dos poderes. Centra-se no reconhecimento da diversidade de gênero que implica na reconstrução de uma humanidade diversa e democrática (LISBOA, 2010, p.70).

É importante salientar que desde o momento do nosso nascimento nos são atribuídos papéis sociais que devem ser desempenhados conforme o nosso sexo. A aquisição de tais papéis sociais nos é perpassada a partir do processo de socialização primária.

Dessa forma, entende-se que a família, a mídia, a escola e outras instituições sociais são as principais responsáveis pela manutenção e reprodução das desigualdades de gênero, uma vez que tais instituições possuem uma enorme influência nas nossas vidas. Assim, elas ditam como homens e mulheres devem ser e como estes se comportam na sociedade. Saffioti destaca que: “o papel das doutrinas religiosas, educativas e jurídicas, sempre foi o de afirmar o sentido do masculino e feminino, construído no interior das relações de poder” (1992, p.188).

Essas desigualdades de gênero, que foram elucidadas, são mantidas intactas pela estrutura patriarcal, que relega à mulher a esfera privada, uma vez que esta deve assumir seu papel enquanto mãe e esposa dedicada. Quando falamos sobre patriarcado estamos nos referindo a um sistema social, que é desigual, em que prevalece a dominação masculina, seja na esfera pública ou privada. Logo, entende-se por patriarcado:

Organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril). (COSTA, 2008).

A partir do exposto, observa-se que uma sociedade patriarcal é caracterizada pela autoridade e poder do homem, que permeia todas as esferas. Em uma sociedade patriarcal, como a nossa, a mulher é vista enquanto um objeto pertencente ao homem, tal objeto, isto é, a mulher, irá possibilitar a perpetuação da família, através da procriação. Assim, cabe à mulher cuidar da casa e ser submissa ao marido, pois esta, diferentemente dele, é um ser frágil e incapaz de assumir as funções públicas.

Deve-se mencionar que as sociedades ocidentais, de modo geral, tem suas bases fundamentadas no sistema patriarcal e que estas se fazem presentes na

contemporaneidade, uma vez que se perpetuaram ao longo da história, o que resulta em uma continuidade da dominação masculina sobre a figura feminina. Sendo assim, a concepção de superioridade masculina e inferioridade feminina perduram.

Na história ocidental da conjugalidade, as tradições relacionadas ao casamento obedeciam à ideologia patriarcal de controle dos corpos e definição das identidades sociais que classificam a mulher como inferior ao homem, dessa forma, naturalizando os lugares dos cônjuges, cabendo à mulher a obediência ao marido e os cuidados relacionados ao lar à maternidade (SILVA,2017, p.7)

É notório que no decorrer da história tivemos avanços visíveis no que tange às lutas das mulheres em prol de uma sociedade equânime, tais avanços podem ser vislumbrados através dos direitos conquistados, bem como por meio da participação crescente da mulher no mercado de trabalho. A cultura patriarcal, porém, ainda se faz muito vigente em nossa sociedade. Saffioti pontua que “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. (2004,p.60).

3. A mulher na esfera pública e a permanência da figura feminina vinculada ao espaço privado.

É notório que no decorrer da história tivemos avanços visíveis no que tange às lutas das mulheres em prol de uma sociedade equânime, tais avanços podem ser vislumbrados através dos direitos conquistados, bem como por meio da participação crescente da mulher no mercado de trabalho. A cultura patriarcal, porém, ainda se faz muito vigente em nossa sociedade. Saffioti pontua que “não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias”. (2004,p.60).

Historicamente, o espaço público era restrito aos homens, as mulheres foram excluídas desse espaço durante muito tempo. Contudo, a partir da revolução industrial, que tem início na Inglaterra, e a expansão do sistema capitalista, tem-se o advento da mulher na esfera pública. Apesar dessa conquista, as mulheres, devido à permanência da ideologia patriarcal, ainda temos a naturalização da esfera privada, ou seja, a esfera doméstica vinculada à figura feminina. Assim, devido a essa incorporação no espaço público, a mulher passou a ter uma dupla jornada de trabalho,

que em alguns casos se torna tripla, quando as mulheres se inserem em organizações educacionais.

(...) com a vinda da revolução industrial, que acabou por absorver de forma importante a mão-de-obra feminina pelas industriais, com o objetivo de baratear os salários, trazendo definitivamente, a inserção da mulher na produção(...) Encontraremos a presença de trabalhadoras assalariadas, em grande número, e essenciais ao desenvolvimento da indústria têxtil. Mesmo com isto há uma busca pela negação da inclusão da mulher na classe trabalhadora, ontem e hoje. (LOPES, 2012).

De fato, a inserção na esfera produtiva representa uma conquista para as mulheres. Deve-se mencionar, contudo, que o advento da mão-de-obra feminina nas indústrias é marcado por condições de trabalho precárias, como longas jornadas de trabalhos, que duravam em média até 18 horas; bem como diferenças salariais em relação aos homens. Esta desigualdade era justificada a partir da ideia que, o homem é o provedor da família, sendo assim, não havia necessidade da mulher ganhar um salário igual ou análogo ao dele.

Além da revolução industrial, cabe ressaltar outros acontecimentos históricos que corroboraram para uma maior participação feminina no mercado de trabalho: a I e II Guerras Mundiais, pois os homens foram lutar nas batalhas e, com isso, as mulheres tiveram que assumir seus postos de trabalho e mesmo após o retorno dos homens, elas continuaram na esfera pública, uma vez que muitos voltaram incapazes de realizar suas funções laborais.

Ademais, podemos destacar também as mudanças culturais, econômicas e sociais que aconteceram entre os anos de 1960 e 1970, tais como: o aumento do nível educacional, o movimento feminista lutando por igualdade de gênero; a queda na taxa de fecundidade, graças ao uso de métodos contraceptivos, entre outros. Todas essas transformações são fruto de muitas lutas e possibilitaram um aumento substancial da mulher na esfera pública.

É inegável que as mulheres, cada vez mais, estão ganhando espaço e quebrando diversas barreiras que lhe são impostas pela sociedade. As mudanças econômicas, culturais e sociais, que foram mencionadas acima, permitiram uma expansão feminina no mercado. Contudo, essas mudanças não foram capazes de mudar completamente o mundo do trabalho, marcado por desigualdades de gênero, legitimadas pelo capital. Assim, percebe-se que a condição da mulher no mercado de

trabalho é caracterizada por condições precárias, por preconceitos e discriminações. Além desses fatores, deve-se mencionar a permanência do espaço doméstico vinculado à figura feminina, o que compromete tanto a sua carreira profissional como acadêmica.

Segundo uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, a população feminina, no Brasil, é maior que a masculina, representando 51,03% da população. Contudo, elas também são a maioria em relação ao desemprego, com um índice de 53,8%. Além desses fatores, os dados obtidos pelo IBGE, nos mostram que as mulheres recebem 76,5% da remuneração masculina, mesmo a mesma função que eles.

Tal disparidade salarial ainda se faz presente nos maiores cargos hierárquicos. De acordo com o IBGE, as mulheres buscam se qualificar mais do que os homens, dados mostram que 23,5% das mulheres possuem o ensino superior completo, enquanto os homens são 20,7%. Tais dados nos mostram que o fato das mulheres não receberem a mesma remuneração por suas funções, não está vinculada à qualificação, mas, sim, a discriminação e preconceito por parte das empresas contratantes. Segundo Bruschini e Lombardi (2003), quando as mulheres atingem os mesmos cargos e salários dos homens, elas normalmente são “superdiplomadas”, o que evidencia que para se igualarem aos homens é preciso que as mulheres tenham um grau elevadíssimo de estudos, o que é completamente injusto.

No que concerne à relação da mulher com a educação, pode-se afirmar que a inserção da mulher no ensino superior, no Brasil, após um longo período em que a educação feminina era restrita ao âmbito privado. O acesso às mulheres no mundo acadêmico, no país, incide no final do século XIX, contudo a inserção de fato só acontece a partir da década de 1960, quando há a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61, bem como o questionamento da subalternidade da mulher pelos movimentos sociais, principalmente, o movimento feminista (Barroso & Mello, 1995).

Esse longo período de exclusão da população feminina do ensino superior, Segundo Bezerra (2010, p.3), acontece, pois, as mulheres: “foram por muito tempo tidas como biologicamente inferiores, como menos inteligentes do que os homens. Essa diminuição da mulher em relação ao homem contribuiu para o difícil acesso das mulheres ao ensino superior”.

Na atualidade, as mulheres são a maioria no ensino superior. Conforme pesquisas realizadas as mulheres representam a maioria nos cursos de graduação e de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), a população feminina também é a maioria em pós-graduações. Um fator que colabora para isso, são as altas exigências das empresas, que fazem com que as mulheres busquem se qualificar mais. Guedes (2008, p.121), destaca que a inserção das mulheres no ensino superior faz com que elas tenham uma possibilidade de ascensão social, bem como a ocupação de melhores postos de trabalho. Tais elementos, sem dúvidas, colaboram para a crescente participação feminina no ensino superior.

Ademais, cabe destacar os dados obtidos no estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, realizados no ano de 2017, e divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos mostram que as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais em comparação com os homens, isso abarca tanto o trabalho como fonte de renda, quanto as tarefas domésticas, as quais são vislumbradas, pela sociedade, como funções restritas ao gênero feminino.

Sendo assim, percebe-se o acúmulo de funções que as mulheres estudantes trabalhadores possuem, pois esta tem que conciliar os três segmentos: o trabalho formal, a universidade e as tarefas domésticas, o que faz com que a rotina dessas mulheres sejam extremamente desgastantes, gerando-lhes muito estresse e pressão, uma vez que, de modo geral, não lhes resta tempo para si próprias, pois tal tempo é utilizado para dar conta dessa rotina.

Apesar de ter de conciliar esses três segmentos, deve-se mencionar que o esforço feminino não é reconhecido, pois na esfera pública seu trabalho é visto apenas como uma renda complementar para casa, ou seja, uma “ajuda” ao marido e com relação à esfera privada Santana (2006) salienta que o trabalho doméstico é caracterizado como trabalho não produtivo, ou seja, não criador de valor e por isso não é reconhecido, só quando ele deixa de ser realizado. Assim, percebe-se que tanto o trabalho remunerado quanto o trabalho privado realizados pelas mulheres são vistos como um não trabalho.

No que tange à esfera privada, deve-se ressaltar que a continuidade do trabalho doméstico atrelado à figura feminina é fruto de papéis sociais, que são construídos socialmente e que foram se consolidando em nossa sociedade. Tal

vinculação colabora para a manutenção das desigualdades de gênero, bem como inviabiliza, de certa forma, a ascensão social das mulheres, pois a atribuição do trabalho doméstico como uma obrigação feminina, gera uma sobrecarga na mulher, o que a impossibilita de obter êxito profissional e acadêmico.

Portanto, ao longo da história as mulheres obtiveram muitas conquistas, hoje são a maioria no ensino superior e sua participação no mercado de trabalho crescem a cada dia. Contudo, apesar de todas as conquistas, as mulheres ainda não conseguem a tão almejada equidade de gênero, pois a estrutura patriarcal mantém os papéis sociais de homens e mulheres intactos.

Sendo assim, é preciso desconstruir esses papéis, eliminar a divisão sexual do trabalho, que é legitimada pelo capital, bem como reformular a organização familiar no sentido de dividir as tarefas domésticas de forma igual, pois, assim, o patriarcado começa a ser desmantelado.

4. Resultados obtidos

Após a realização da pesquisa e da seleção dos dados obtidos através de questionários, observa-se que em relação à idade das entrevistadas 15% correspondem a faixa etária entre 18 a 29 anos, 30% possuem idade entre 30 a 39 anos, 35% entre 40 a 49 anos e 20% possuem 50 anos ou mais. A partir disso, verifica-se dois tipos de fluxos escolares: os lineares, ou seja, quando não tem a interrupção dos estudos e o fluxos que possuem pausas, que representa os casos da maior parte das mulheres que participaram da pesquisa.

Há uma legião de ex-alunos que recomeçam seus estudos mesmo após vários anos de interrupção, indicando que a escolaridade não obedece ao tempo “normal” de entrada e permanência até a finalização de um ciclo escolar, mas se define no tempo “do possível”. A retomada dos estudos, embora com tempo de permanência na instituição bastante variável, significa que a vida escolar não foi encerrada, que há uma ou mais razões para voltar a ser aluno. (ZAGO, 2000, p.25).

Cabe salientar que a desigualdade social, indubitavelmente, é um fator que corrobora para essas pausas nos estudos, que a maior parte das participantes da presente pesquisa fizeram, uma vez que os jovens de classe baixa precisam trabalhar ainda na adolescência, o que resulta, muitas vezes, no abandono dos estudos.

No que se refere ao perfil ético racial das entrevistadas, observa-se que 5% das entrevistadas se declaram amarelas, 15% se consideram brancas, 30% pardas e 45% se autodeclararam negras. Cabe salientar que apesar desse número evidenciar a crescente inserção das mulheres negras e pardas no ensino superior, ressalva-se que essa população está inserida em cursos com menor prestígio social.

Segundo o professor e pesquisador Dilvo Ristoff (2007):

Os cursos mais competitivos, por sua vez, tendem a ter percentuais menores de pretos. Já havíamos constatado no estudo anterior[...] e constatamos novamente que em 16 cursos a representação percentual de pretos é igual ou superior à da sociedade. Estes cursos são em geral cursos de licenciatura e os de baixa demanda. São eles: Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Música, Pedagogia, Secretariado Executivo, Serviço Social, Teatro e Turismo. (RISTOFF, 2014, p.732).

A reflexão desse autor refere-se à população negra em geral, abrangendo homens e mulheres negras. Sendo assim, cabe mencionar que alguns cursos mencionados por ele não abarcam as mulheres negras, mas, sim, homens negros, tendo em vista que, assim como as mulheres brancas, as negras escolhem profissões “tipicamente femininas”, as quais tem como principal área as ciências humanas.

No que diz respeito à escolha do curso, observa-se que 5% das entrevistadas escolheram o curso de pedagogia, enquanto majoritariamente 95% responderam serem estudantes de Serviço Social. Esses dados estão em consonância com a reflexão de Ávila e Portes, na qual diz que:

As preferências quanto à escolha dos cursos foram se construindo ao longo do processo de escolarização dos sujeitos femininos e masculinos, dando origem a áreas demarcadas como mais “femininas”, como área de ciências humanas e a maior parte dos cursos da saúde, ou mais “masculinas”, como aqueles da área das ciências exatas e carreiras tecnológicas (ÁVILA & PORTES, 2009,p.95)

Quanto ao turno que essas mulheres estudam, 30% estão estudando na modalidade a distância, tendo em vista que as mensalidades são mais baratas; 65% estuda no período noturno e somente 5% estuda no período vespertino. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Mapa do Ensino Superior no Brasil 2020, a qual foi divulgada pelo Instituto Semesp, 48% dos alunos brasileiros matriculados em universidades privadas estudam no período noturno, enquanto apenas 4,2% estudam em tempo integral. Isso ocorre não por causa de uma preferência das estudantes pelo

turno da noite, mas, sim, porque, assim como as entrevistadas dessa presente pesquisa, a maior parte trabalha no período diurno, a fim de custear as mensalidades e os custos da graduação, na medida em que apenas 15% revelou contar com subsídios de outras pessoas para custear as despesas da instituição de ensino, 5% tem as mensalidades financiadas pelo FIES e 80% custeiam todas as despesas acadêmicas sozinhas. Sendo assim, elas escolheram o período noturno, pois era a única forma de ingressarem no ensino superior, uma vez que estas precisam trabalhar durante o dia para permanecer na universidade.

A pesquisa também nos fornece dados sobre as horas que as estudantes-trabalhadoras se dedicam aos estudos, com relação às horas diárias, 25% destina 3 horas às atividades acadêmicas, 10% entre 2 horas ou mais, 40% designa 2 horas, 5% dedica apenas 1 hora aos estudos, 10% designa 4 horas, 5% depende do plantão de trabalho e 5% destina 3 horas ou mais. No que tange às horas semanais, o maior percentual, que corresponde a 20% das mulheres, disseram destinar 10 horas aos estudos.

Para Ávila e Pontes (2012), o tempo “livre” que as estudantes-trabalhadoras possuem, é destinado a uma série de funções, entres as quais se destacam: as funções domésticas e obrigações acadêmicas. Desse modo, o tempo de lazer e descanso dessas mulheres é quase inexistente, o que acarreta um grande nível de estresse e cansaço, tanto físico quanto mental.

No que tange ao motivo do advento no espaço acadêmico, verificou-se que 15% entraram na universidade para melhorar a qualidade de vida, 5% pela aprendizagem que esse espaço possibilita, 5% para melhorar financeiramente, 10% para realizar um sonho, 15% sempre quiseram estar neste espaço, 10% com a finalidade de ingressar no mercado de trabalho, 5% quiseram adentrar na universidade para obter uma remuneração salarial melhor, dentre outros motivos. Segundo Guedes (2008), a entrada nas universidades viabiliza uma ascensão para a população feminina, bem como a ocupação de melhores cargos.

Além disso, constatou-se também que a maior parte da família das entrevistadas não chegaram a terminar o ensino superior e, em muitos casos, os familiares não concluíram nem o ensino médio, os resultados mostram que 50% não concluíram seus casos no espaço acadêmico, 10% possuem 1 familiar que concluiu, 15% possui 2 familiares concluintes, 20% possuem 4 e somente 5% possuem 6

familiares que possuem o ensino superior. Tais números estão em concordância com os dados divulgados pelo Ministério da Educação em 2018 sobre o ENADE³, no qual evidenciou que mais de 33% dos universitários são os primeiros entre os familiares a concluírem o ensino superior.

Com relação às dificuldades enfrentadas pelas interrogadas da presente pesquisa no que concerne ao acesso no ensino superior, 40% das entrevistadas disseram que as maiores dificuldades estão relacionadas a verbas/financeiras/ não ter dinheiro o suficiente para acessar o espaço acadêmico. Além disso, 5% responderam sobre os valores das mensalidades que são caros, 30% revelaram que a maior dificuldade está relacionada com tempo/jornada de trabalho/maternidade e a questão financeira, 5% relevou que a dificuldade está relacionada à tecnologia, dentre outras respostas. As dificuldades enfrentadas por essas mulheres estão atreladas ao processo de formação que toda profissão exige, dentre as quais destacam-se: tempo e investimento financeiro, o que exclui uma boa camada da população.

Outro ponto relevante a ser exposto a respeito da pesquisa, é sobre a ajuda financeira para manter as suas formações, de acordo com os dados da pesquisa, 50% das interrogadas recebem ou receberam alguma ajuda financeira por parte da família, ao passo que as outras mulheres, o que corresponde a 50%, não receberam ou recebem nenhuma ajuda. Cabe discorrer, também, sobre o vínculo de trabalho dessas estudantes, 35% disseram que possuem contrato de trabalho, 35% trabalham de maneira informal, somente 15% das estudantes-trabalhadoras possuem vínculo empregatício da CLT e as outras 15% “outros”.

Tais resultados vão ao encontro de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo semestre de 2019 houve um crescimento da informalidade no trabalho feminino, o aumento foi de 0,8%, enquanto para os homens temos uma taxa de 0,3%.

De acordo com os dados coletados, 5% das estudantes- trabalhadoras possuem uma jornada de trabalho remunerado de 16 horas semanais, 20% tem uma jornada de 44 horas, 10% de 72% horas, 40% de 40 horas e 25% das entrevistadas possuem uma jornada de 30 horas semanais. Além disso, em relação à remuneração salarial dessas mulheres, verificou-se que 70% das questionadas embolsam 1 salário

³ Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

mínimo de remuneração, 15% recebem entre 2 e 3 salários, 10% ganham entre 3 e 4 salários mínimos e apenas 5% recebem mais de 5 salários mínimos. A partir disso, constata-se que apesar da maior parte das estudantes- trabalhadoras possuírem uma jornada de trabalho extensa, a remuneração delas é baixa, segundo Scott (2016, p.35), as mulheres “Estudam mais, ganham menos e, de quebra, trabalham mais! [...]”.

Ainda de acordo com os dados coletados, faz-se importante verificar se essas mulheres já sofreram algum tipo de preconceito no ambiente laborativo. Segundo uma pesquisa intitulada de Viver em São Paulo: Mulheres, lançada em 2018, duas em cada dez mulheres revelou sofrer algum tipo de discriminação no trabalho. Todavia, de acordo com as mulheres entrevistadas de nossa pesquisa, 30% disseram que já sofreram algum tipo de preconceito pelo fato de serem mulheres, ao passo que 70% falaram que nunca foram vítimas de discriminação. Cabe mencionar que, muitas vezes, as discriminações se apresentam de forma velada, dessa forma, a própria vítima nem se dá conta que está sofrendo algum tipo de hostilidade.

Ao serem perguntadas como conseguem conciliar trabalho com os estudos, 15% das entrevistadas disseram que conseguem conciliar bem as suas tarefas, ao passo que 20% relataram que é difícil dar conta de todas essas funções. Além disso, 10% das interrogadas falaram que conseguem realizar todos os afazeres, graças ao emprego de meio período, já 5% comunicaram que tentam desempenham todas essas funções, mas que na maioria das vezes não conseguem. Cabe mencionar que algumas mulheres mencionaram que utilizam-se de algumas táticas, como: estudar em momentos oportunos, por exemplo, nas madrugadas, quando os filhos dormem, estudar pelas manhãs, quando não estão no trabalho.

Quanto as estratégias utilizadas pelas interrogadas, observa-se que 45% disseram que a maior estratégia utilizada é a organização, a fim de conseguir realizar as suas atribuições, ao passo que 5% não possuem nenhuma tática planejada. Algumas responderam que realizam um pouco de cada tarefa em dias distintos. Cabe salientar que apenas 5% revelaram contar com a ajuda do companheiro para lidar com todas essas atribuições. Em virtude disso, percebe-se que apesar da maior parte das entrevistadas possuírem algumas estratégias para lidar com a tripla jornada, há uma sobrecarga sobre elas.

Responsáveis pela maior parte da horas trabalhadas em todo mundo, as mulheres, generosamente, cuidam das crianças, dos idosos, dos

enfermos, desdobrando-se em múltiplos papéis. Esquecidas de si mesmas, acabam por postergar um debate que se faz urgente: a divisão desigual das responsabilidades da família, a injustiça de sozinha, ter de dar conta de um trabalho de que todos usufruem. (PEREZ, 2001 apud FRANÇA; SCHIMANKI, 2009, p.74).

Quando perguntadas sobre os motivos que levam as mulheres a serem as responsáveis pelo âmbito doméstico e pelo cuidado para com as crianças, 25% das questionadas responderam que: "Isso vem lá de trás, onde a mulher tinha essas atribuições. Hoje teria que ser diferente, até porque estamos buscando nosso espaço e estamos conseguindo aos poucos desmistificar essa posição de dona de casa, cuidadora de lar. Já conquistamos muita coisa, só mais um passo e dominaremos o mundo". Já 15% disseram que os motivos são por causa do machismo, 10% falaram que isso ocorre por causa de uma visão conservadora da sociedade, 5% falaram que é por causa de uma imposição do mundo, ao passo que 15% atribuiu tais motivos devido razões culturais.

Em contrapartida, 20% das mulheres interrogadas disseram que a razão pela qual as mulheres serem destinadas a realizarem as atribuições domésticas, acontece pelo fato destas terem total domínio/agilidade/sabedoria sobre as tarefas do lar, ou seja, tais entrevistadas naturalizam a concepção de que é "normal" que os afazeres domésticos sejam vinculados às mulheres. Assim, evidencia-se que existe um pensamento concreto, que está posto no imaginário da sociedade, que o sexo feminino é o responsável pelas atribuições do âmbito privado.

Com relação às as principais dificuldades para permanecer na universidade, a maior parte das respostas estão vinculadas a questões econômicas, o cansaço sentido por essas estudantes-trabalhadoras, tempo/horários, que são escassos. 40% falaram que a maior dificuldade está atrelada a questões financeiras, já 15% disseram que o cansaço é a maior dificuldade, ao passo que 25% associaram às dificuldades vivenciadas com a questão de tempo/horários. Quando perguntadas sobre como enfrentam tais dificuldades, a maior parte das entrevistadas responderam que procuram se alimentar bem e se organizar, que é preciso ter força e garra e que faz-se necessário enfrentar a cada dia um obstáculo com sabedoria e fé sempre.

Outro traço presente que se faz primordial salientar, é sobre as ações que a universidade poderia realizar, a fim de dar suporte a essas mulheres que possuem uma tripla jornada. A maior parte das mulheres, responderam que a instituição de

ensino deveria ser mais compreensiva e tolerante, já outras falaram que deveria ser aplicado maiores descontos. Além disso, melhorar o canal de comunicação, bem como prestar um suporte mais flexível para essas mulheres. Algumas, ainda, fizeram questão de ressaltar a ajuda que recebem dos professores, os quais compreendem a dificuldades que as estudantes-trabalhadoras possuem para conciliar a tríplice jornada de trabalho.

5. Considerações Finais

O presente estudo atingiu seus objetivos propostos, ao refletir e evidenciar a tríplice jornada de trabalho assumidas pelas mulheres, que conforme vimos nesta pesquisa, divide-se em: trabalho como fonte de renda, trabalho doméstico e estudos. Através da pesquisa, verificou-se que essas mulheres possuem uma sobrecarga extensa de tarefas e para realizar todas essas atribuições, as estudantes-trabalhadoras passaram a abdicar do tempo destinado ao lazer e ao descanso, tendo como consequência estresse, ansiedade e pressões constantes em decorrência desse acúmulo de funções.

Ao longo da pesquisa, notou-se que de fato as mulheres obtiveram grandes conquistas ao no decorrer dos anos, evidenciando mudanças significativas na divisão sexual do trabalho e no papel desempenhado por homens e mulheres na sociedade. Em contrapartida, a naturalização da figura feminina vinculada ao âmbito doméstico e do cuidado permanecem vinculados como uma atribuição privativa da figura feminina, fazendo com que a divisão desigual de atividades domésticas e cuidado para com os filhos permaneça pujante, sendo legitimada e propagada pelo sistema patriarcal, cujas estruturas seguem intactas.

6. Referências Bibliográficas

ARAUJO, J. O. Precarização do Trabalho: uma breve análise nas empresas de call centers. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 1-10,2015.

ÁVILA, R. C. & PORTES, E. A. Notas sobre a mulher contemporânea no ensino superior. Mal-estar e Sociedade. Barbacena, Jun de 2009.

ÁVILA, R. C & PORTES, E. A. Tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remurado e estudos. Florianópolis, 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2020.

_____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Ministério da Educação. 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fies-graduacao/mantenedora-e-ies/financiamentos-concedidos>>. Acesso em: 11 out. 2020.

_____. Programa Universidade Para Todos – PROUNI, Brasília, 13 de janeiro de 2005.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/lei/l11096.htm>. Acesso em 10 de Out de 2020.

_____. Lei de Cotas, Brasília, 29 de Agosto 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 10 de Out de 2020.

_____. Financiamento Estudantil – FIES, Brasília, 12 de Julho de 2001. Disponível em: <<http://fies.mec.gov.br/?pagina=legislacao>>. Acesso em 11 de Out. de 2020.

_____. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Brasília, 24 de Abril de 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 de Out de 2020.

_____. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2018.

_____. IPEA. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/mestrado-profissional-em-politicas-publicas-e-desenvoltimentodesafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2832:catid=28&Itemid=23>. Acesso em 6 de Nov. 2020.

BARROSO, Carmen Lúcia de Melo & MELLO, Guiomar Namó de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 15, 1975, p. 47-77, dez. 1975.

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UECE, 2010.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC, 2003.

CANUTO, Vera Regina, A. Políticos e Educadores: a organização do ensino superior no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres, 2008.

CORBUCCI, P. R. Financiamento e Democratização do Acesso à Educação Superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educação e Sociedade*, 2004.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o Estado e o Mercado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n 100, 809-829, 2007.

FRANÇA, Ana L. de; SCHIMANSKI, E. Mulher, trabalho e família: uma análise da Dupla jornada de trabalho feminina e seus reflexos no âmbito familiar. Ponta Grossa: Emancipação, 2009. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687/641>>. Acesso em 28 de Set de 2020.

GUEDES, M. de A presença feminina nos curso universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino, 2008.

GREVE nas universidades federais: por um projeto diferente de universidade. *Jornal Espaço Socialista. Publicação Revolucionária Marxista de Debates*. Ano XI, n.51, Junho de 2012.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e serviço social: encontro e desencontros ao longo da história da profissão. *Rev. Katálysis*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 66-75, jan/jun. 2010.

LOPES, C. L. E. 8 de março, Dia Internacional da Mulher – Uma data e muitas histórias, 2012. Disponível em < <http://www.ubmulheres.org.br/paginas/historia>> Acesso em 06 de Out. 2020.

RISTOFF, D. I. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação, p.723-747. 2014.

SAFFIOTI, H. I. (1987). O poder do macho. São Paulo: ed. Moderna.

_____ Rearticulando gênero e classe social. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

_____ Gênero, patriarcado, Violência. São Paulo: Expressão popular, 2015.

SANTANA, Mônica Cristina Silva. Muito Trabalho, Pouco Poder: Participação Feminina Mitigada Nos Assentamentos Rurais do Estado de Sergipe. In: GROSSI, Miriam Pilar.; SCHWADE, Elisete. (Org.) Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade. Blumenau: Nova Letra. p. 47 – 68, 2006.

SILVA, I.P.A. da. Reflexões sobre família, conjugalidade e patriarcado. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress(Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 1995.

_____ Prefácio: à Gender and Politics of History. "Cadernos Pagu". . Núcleo de Estudos/Unicamp. Campinas, São Paulo. 11-27, 1994.

ZAGO, N. Escolarização e mobilização familiar nas camadas populares. In: Seminário internacional Fazendo Gênero IV: Cultura, Política e Sexualidade no Século XXI. Florianópolis: Cultura, 2000.